

As fronteiras turvas entre o público e o privado e as consequências para a educação

Geniana dos Santos¹
Hellen Gregol Araujo²

DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v30i70.2124>

A organização deste dossiê parte do incômodo vivenciado no campo educacional acerca do cenário de disputas em torno da escola como um novo nicho do mercado global. Considerando a intensificação das lógicas empresariais no âmbito da Educação Básica e do Ensino Superior, observamos poucos estudos que focalizem essas novas dinâmicas que impactam a escola e seus sujeitos.

A partir das pesquisas sobre a temática, indicamos a existência de análises pontuais que salientam lógicas neoliberais, noticiadas a partir de pacotes de materiais e plataformas que adentram os espaços escolares, mas também uma ausência de discussão mais focada no borramento das fronteiras entre esses dois espaços discursivos, a saber: o público e o privado.

Nesse sentido, com este dossiê, buscamos reunir trabalhos que tendem a problematizar as questões intervenientes às parcerias público-privadas mais detidamente, de modo a possibilitar brechas e linhas de fuga aos processos de flexibilização dos princípios educativos e à intensificação da privatização da educação pública.

Os textos ora apresentados indicam que políticas públicas passaram a incorporar soluções para os problemas educacionais e curriculares, assimilando procedimentos, condutas e lógicas empresariais regidos pelos princípios da nova governança. Embora tais questões se apresentem como urgentes ao campo educacional, há considerável escassez de estudos sobre o avanço de práticas privatistas na educação pública, algo que resultou em certa dificuldade para compormos um dossiê sobre o assunto.

Este dossiê, portanto, reúne resultados de estudos de pesquisadores brasileiros e chilenos sobre o caráter cada vez mais turvo das concessões e parcerias, indicando impactos às dinâmicas pedagógicas vivenciadas no contexto da prática.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Com o conjunto de textos ora apresentados, o que se oferece ao leitor não é uma possibilidade de resposta definitiva e determinante para a problemática, mas, sobretudo, subsídios para a compreensão da intensificação de estratégias privatistas no âmbito público, além de sua influência nas práticas pedagógicas em contextos múltiplos.

Embora a conjuntura não seja favorável às políticas públicas, como observado por grande parte dos trabalhos que integram este material, existem ressignificações possíveis, brechas viáveis que indicam resistências a partir das práticas docentes e do trabalho pedagógico autoral e significativo. Ademais, os estudos indicam a necessidade de investimento em processos horizontais de gestão pedagógica, de modo a impulsionar a inventividade curricular.

Tendo em vista essas potencialidades, destacamos o texto desenvolvido por Ana Paula Pereira Marques de Carvalho e Caroline dos Santos Florentino de Barros, denominado *Os fantasmas contra-atacam: docência-espectral nas políticas curriculares no Brasil*, que apresenta uma reflexão acerca do caráter fantasmagórico da docência que tanto habita quanto assombra as políticas curriculares contemporâneas. Inspiradas na produção cinematográfica *Os fantasmas contra-atacam*, filme baseado na própria história de Charles Dickens, *Um conto de Natal*, as autoras iniciam uma reflexão que indica um processo de idealização do professor como elemento que incide na tentativa de sujeição à prescrição.

Ana Lara Casagrande e Alessandra Ferreira dos Santos nos apresentam o trabalho intitulado *Parceria público-privada e a aquisição de plataformas digitais no Estado de Mato Grosso*. Tal discussão destaca o cenário ampliado de privatização no âmbito educacional, bem como os recursos utilizados para sua efetivação. O texto oportuniza a compreensão acerca das reconfigurações das relações entre público e privado, com destaque para a gestão empresarial que terceiriza as funções pedagógicas e mercantiliza a educação pública. A problematização proposta apresenta, descreve e analisa o fenômeno da platformização, ancorado nos discursos de modernização, inovação e eficiência, comprometendo a autonomia docente e, também, a privacidade dos estudantes.

Com Cleidileny Ingrid Oliveira da Silva, Jociene de Araújo Lima e Nataly da Costa Afonso, temos o artigo denominado *Parcerias público-privadas na contextualização discursiva da Lei de Responsabilidade Educacional de Mossoró (RN)*, em que são analisados os efeitos do discurso jurídico para as produções curriculares.

O texto apresenta uma compreensão discursiva de currículo, recorrendo também à abordagem do ciclo de políticas para análise curricular. Como problematização, evidencia o caráter performativo instituído pelas práticas de regulação e auditoria, que resultam em processos de responsabilização docente. Contudo, o texto assevera a possibilidade de ressignificação dessas lógicas a partir das práticas escolares, abrindo linhas de resistência e reinvenções políticas.

Ângela Cristina Alves Albino e Maria Vitoria Oliveira Santos apresentam o texto denominado *As parcerias público-privadas com/na universidade pública: o caso Movimento Profissão Docente e Lepes/USP*, no qual vislumbramos uma análise do processo de privatização da formação docente. A problematização proposta sinaliza para a produção de diagnósticos e consequente venda de soluções aos moldes neotecnicistas e gerenciais. Tal reflexão assinala ainda a centralidade das fundações empresariais na produção política, os comprometimentos ideológicos assumidos nesse âmbito, bem como seus efeitos para um certo deslocamento e supressão de políticas democráticas e emancipatórias.

Taysa P. Lemes, Hellen Gregol e Geniana dos Santos, com o texto *Parceria público-privada: a nova governança e o varejo de soluções a partir das políticas educacionais brasileiras*, destacam marcos históricos viabilizadores da consolidação do modelo de governança nos âmbitos educacionais. Nessa discussão, as autoras problematizam a centralidade da linguagem das competências como elemento motriz para a lógica de mercado, que se mostra disseminada nas práticas discursivas, situando as parcerias público-privadas e o modelo de nova governança. As autoras sinalizam, igualmente, o papel das redes políticas na produção discursiva sobre empreendedorismo e exploração de si, buscando impor um alinhamento da educação às lógicas de mercado.

Com o texto *O Currículo Paulista (2020): entre neoliberalismo e a mercantilização do sujeito*, produzido por Fernando Henrique Ferreira, observamos a problematização acerca da produção de sujeitos-mercadoria. O texto destaca a discussão sobre a lógica neoliberal e sua relação com o capitalismo, indicando a intensificação da exploração humana a partir de instrumentos ideológicos como o currículo. Ademais, o artigo situa a problemática da mercantilização educacional, em que o conhecimento é potencializado para o atendimento de demandas e agendas internacionais de mercado. O trabalho ainda analisa a padronização, a eficiência e o consumo como elementos de dominação simbólica.

O texto denominado *Empresariamento da educação: a influência do “Todos pela Educação” na implementação de políticas públicas no Brasil*, desenvolvido por Antonio Soares Junior da Silva e Carmem Waldow, analisa o papel do Movimento Todos pela Educação na representação do setor privado nas políticas públicas. O artigo situa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como marco nesse processo de capilarização dos princípios gerenciais e de padronização da educação, comprometendo o protagonismo do Estado na produção de políticas sociais. Além disso, o texto destaca a supressão da formação crítica e emancipatória em prol de uma formação voltada à produtividade. A partir das discussões propostas, visualizamos a precarização do trabalho docente e seus efeitos para a produção de um currículo desigual e adaptado às demandas do mercado.

A partir das novas reformulações envolvendo a modalidade a distância, temos o trabalho de Gláucia Botan Rufato, intitulado *O empresariado na expansão da EAD dos cursos de Pedagogia*. O trabalho apresenta índices de aumento da oferta de cursos de Pedagogia em instituições públicas e privadas, destacando o papel desta última na comercialização da formação docente de baixo custo. O estudo oportuniza pensar sobre a necessidade de uma mudança de rumos para a Educação a Distância (EAD), após a sua extinção para cursos de licenciatura. Além disso, problematiza o formato com que os cursos públicos vêm sendo ofertados, algo que contribui para a ausência de qualidade na formação inicial de professores.

Ampliando a compreensão internacional, temos o texto *Los sujetos del currículum en Chile con rasgos neoliberales desde el contexto de transformaciones sociodemográficas*, desenvolvido por Carmen Burgos Videla e Romina Adaos Orrego. Nesse texto, há uma análise das políticas neoliberais desde a ditadura militar chilena, além de seus impactos para a Educação Superior contemporânea. As autoras situam a Escola de Chicago como um contexto de influência acadêmica para o avanço dos processos de privatização do sistema educacional no país. Nesse sentido, o estudo problematiza a centralidade do currículo nas tensões entre continuidade e mudança social, a partir das dinâmicas pautadas na ética utilitarista e colonizadora. As autoras destacam, outrossim, um contexto complexo que busca brechas para formar cidadãos reflexivos, com vistas à atuação dialógica e inclusiva.

Ainda sobre o Chile, apresentamos o texto *Tensiones en la alianza público privada del sistema educacional chileno; los SLEP y sus nuevas posibilidades*, produzido por Soledad Andrea Castillo Trittini e Natalie Michelle Gadal Muñoz. O

texto analisa discursos que constituem a política educacional chilena, reforçando a aliança público-privada. Nesse espaço, situa as tensões ocasionadas pela criação dos Serviços Locais de Educação Pública (Slep). Assim como no Brasil, o estudo denota o intenso interesse de fundações e entidades privadas que atuam no contexto da formação docente e na definição das metas educacionais. Nesse sentido, o artigo argumenta que, em prol da formação de um profissional “ultracapacitado”, soluções rápidas são propostas para problemas complexos. O trabalho propõe repensar essas alianças, criando brechas para a atuação horizontal dos sujeitos educacionais, especialmente na formação docente.

Os artigos aqui reunidos, sob o nosso olhar, são indicativos da preocupação acadêmica genuína acerca da educação como um bem público, com intencionalidades e propósitos independentes e diversos das lógicas mercantis “alinhas” aos processos de exploração humana. A diversidade dos espaços de inserção dos pesquisadores que contribuíram com este material diz muito sobre a capilarização do empresariamento educacional e a necessidade de pontos de articulação para a reinscrição de novos sentidos educacionais, a serem negociados com todos os produtores de políticas, estudantes, professores e outros profissionais da educação, quer estejam na escola ou em âmbitos de gestão, como em secretarias.

Ademais, foi possível entrever, nas discussões propostas, as ferramentas de performatividade utilizadas nas lógicas de mercantilização. Elas parecem intensificar os processos de fiscalização e padronização de experiências curriculares de estudantes e professores, especialmente por meio dos recursos tecnológicos, como a plataformização. Como pesquisadoras do campo das políticas curriculares e como proponentes deste dossiê da Associação Brasileira de Currículo (ABdC), esperamos que essas produções acadêmicas inspirem um processo articulatório mais amplo, capaz de auxiliar o contexto das práticas pedagógicas, especialmente na escola, com vistas ao tensionamento dos discursos que respondem a uma suposta ausência de qualidade educacional com um atacado-varejo de soluções.

Sobre as apresentadoras do dossiê:

Geniana dos Santos: Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE-UFMT). Líder do Grupo de

Pesquisas Curriculares e Discurso (GPCeD). **E-mail:** geniana.santos@ufmt.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6926-0132>

Hellen Gregol Araujo: Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora adjunta no Departamento de Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da UERJ. **E-mail:** hellengre@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1923-9164>